

Curso de Especialização em Políticas de Infraestrutura

Programa



BANCO DE DESARROLLO
DE AMÉRICA LATINA



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO



Especialização em Políticas de Infraestrutura 1ª edição (2017-2018)

Enap

Programa

Programa do Curso

1. Introdução

A Especialização em Políticas de Infraestrutura é um curso de pós-graduação lato sensu, de oferta presencial em sua primeira edição, prevista para o período de 2017-2018. Essa é mais uma iniciativa da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP para a qualificação de servidores públicos do governo federal em nível de pós-graduação, seguindo a regulamentação estabelecida pela Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação.

Os programas de aprendizagem da Enap são focados na qualificação de agentes públicos estratégicos considerados como aqueles envolvidos na condução das organizações e na gestão de políticas públicas para o enfrentamento dos desafios postos para a administração pública federal.

Com esse propósito, a ENAP lança o curso Especialização em Políticas de Infraestrutura oferecendo aos servidores públicos atuantes na área uma oportunidade para o desenvolvimento de suas competências e, conseqüentemente, favorecendo o alcance de resultados eficientes e sustentáveis na área de Infraestrutura.

2. Identificação do Curso

Nome do Curso: Especialização em Políticas de Infraestrutura

Certificação conferida: Especialista em Políticas de Infraestrutura

Modalidade: presencial

Duração: 18 meses

Área de Conhecimento: Políticas Públicas

Número de vagas oferecidas: 25

Ano e período letivo de início de funcionamento do curso: agosto/2017

3. Objetivo do Curso

Ampliar as competências de servidores e empregados públicos federais para atuar no desenvolvimento de políticas públicas de infraestrutura, em ações de planejamento setorial, contratação de parcerias no âmbito do setor público e parcerias público-privadas, mobilização de instrumentos públicos e privados de financiamento do investimento, e coordenação de uma ampla rede contratual relacionada a execução de projetos de infraestrutura nas fases pre-completion e post-completion.

3.1. Competências a serem desenvolvidas:

Compreender o processo de planejamento setorial nas diversas escalas temporais e a visão integrada e complementar das infraestruturas no território, conhecer a configuração e as conexões existentes no âmbito de um projeto de construção ou de modernização na área de infraestrutura, bem como os procedimentos regulares e as implicações relativas ao licenciamento ambiental;

- Entender os procedimentos relacionados aos processos de concessão, bem como analisar e monitorar os contratos públicos e privados relacionados aos ativos de infraestrutura objeto das políticas públicas;

- Analisar as fontes públicas e privadas de financiamento de projetos de investimento em infraestrutura, compreender as matrizes de risco e identificar os instrumentos garantidores operados no âmbito setor público e do mercado financeiro, as implicações da regulação econômica da infraestrutura;
- Desenvolver arranjos institucionais e organizacionais – envolvendo atores públicos e privados – orientados a estruturação e sustentação de mecanismos de governança capazes de facilitar a execução de políticas públicas de infraestrutura;
- Atuar de modo estratégico e inovador, com o propósito de desenvolver políticas públicas capazes de produzir resultados eficientes e sustentáveis nos diversos segmentos da infraestrutura.

4. Público-Alvo

O curso é dirigido a servidores públicos federais ocupantes de cargo efetivo e empregados públicos federais concursados que, preferencialmente, atuem ou tenham potencial para atuar em áreas relacionadas ao planejamento, à contratação, ao financiamento e à execução de políticas de infraestrutura.

5. Carga Horária

O curso será oferecido na modalidade presencial e tem carga horária total de 360 horas, composta por 12 disciplinas obrigatórias a serem cursadas em até 3 semestres letivos. Além da carga horária de 360 horas, o aluno terá o prazo de 120 dias para elaboração e entrega do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC).

6. Local e regime de aulas

As aulas ocorrerão na Enap, localizada no Setor de Áreas Isoladas Sul (SAIS) – Área 2ª – CEP.: 70610-900 – Brasília, DF.

A carga horária semanal: 9 horas, distribuídas em 3 dias da semana, às terças e quartas feiras pela manhã, das 9h às 12h e às quintas-feiras à noite, das 19h às 22h. A programação do curso pode contemplar momentos de atividades em período integral, dias consecutivos e/ou aulas aos sábados conforme programação a ser posteriormente divulgada.

7. Processo seletivo

Para ingresso no curso, o candidato deverá ser aprovado em processo seletivo, dentro do número de vagas ofertadas, que contempla duas etapas consecutivas:

- Análise e avaliação curricular;
- Análise e avaliação de memorial e pré-projeto.

O processo seletivo será conduzido por comissão de seleção integrada por profissionais da Enap e especialistas contratados para esse fim.

8. Investimento

O curso será ofertado pela Enap sem ônus para os servidores públicos federais ocupantes de cargo efetivo e empregados públicos cujas empresas recebam recursos da União para pagamento de despesas de pessoal. Os demais empregados públicos concursados deverão arcar com os custos do curso.

9. Requisitos para ingresso do curso

Para participação no curso é necessário atender aos seguintes requisitos:

- I. ter diploma de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC);
- II. ser ocupante de cargo de provimento efetivo em órgão ou entidade da Administração Pública Federal ou ser empregado público federal concursado;
- III. ser aprovado no processo seletivo;
- IV. apresentar os documentos necessários para a efetivação da matrícula.

10. Metodologia

A prática pedagógica do curso privilegia o ensino aplicado e a articulação entre teoria e prática, buscando associar a aprendizagem à reflexão e à análise de problemas concretos por meio de recursos didáticos que ajudem a trazer à sala de aula a realidade do setor público e que favoreçam a troca de experiências. Também fomenta o desenvolvimento de novas soluções para inovação do planejamento e gestão no setor público.

11. Avaliação

Em cada disciplina, o aproveitamento dos alunos será mensurado por meio de estratégias variadas, como provas, trabalhos, apresentações em grupo, estudos de caso, exercícios entre outros. Ao término do curso, o aluno deverá entregar um trabalho de conclusão, conforme as normas definidas no Regulamento e de acordo com as orientações da Coordenação-Geral de Especialização.

12. Titulação

O título a ser conferido ao concluinte do curso será de Especialista em Políticas de Infraestrutura.

Para obtenção do título é necessário que o aluno cumpra todas as exigências relativas à frequência, avaliação e aprovação no trabalho de conclusão do curso, definidas nos documentos orientadores e normativos (programa, regulamento e edital de seleção).

13. Estrutura curricular

As atividades e o conteúdo do curso estão organizados conforme a estrutura abaixo:

Módulo	Cód.	Disciplinas	Carga horária
Módulo I Planejamento e Políticas em Infraestrutura	D1	Políticas Públicas de Infraestrutura	30h.
	D2	Planejamento Setorial em Infraestrutura	30h.
	D3	Infraestrutura e Sustentabilidade Ambiental	30h.

Módulo II Concessões e Contratos em Infraestrutura	D4	Direito das Concessões e Parcerias Público Privadas	30h.
	D5	Direito Administrativo (Licitações, RDC & Contratos)	30h.
	D6	Controle Externo em Projetos de Infraestrutura	30h.
	D7	Regulação da Infraestrutura	30h.
Módulo III Financiamento do Investimento em Infraestrutura	D8	Economia da Infraestrutura	30h.
	D9	Financiamento Público do Investimento em Infraestrutura	30h.
	D10	Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico-Financeira	30h.
Atividades de Preparação do Trabalho de Conclusão de Curso	D11	Gestão de projetos em infraestrutura: análise de experiências setoriais	30h.
	D12	Métodos e Técnicas de Pesquisa	30h.
		Trabalho de Conclusão de Curso	-
Carga horária total			360h.

13.1 Objetivos de aprendizagem, ementa e bibliografia

D.1 – Políticas Públicas em Infraestrutura

Compreender os aspectos políticos e institucionais relacionados ao desenvolvimento das políticas públicas, com ênfase nas questões relacionadas as comunidades de políticas públicas, a constituição das agendas, as barreiras a implementação, aos conflitos interburocráticos, as relações Executivo-Legislativo e Executivo-Judiciário, e aos procedimentos de avaliação e de feedbacks.

D.2 – Planejamento Setorial em Infraestrutura

Analisar a configuração dos planos setoriais de infraestrutura, em especial os fatores determinantes das projeções de demanda, soluções de oferta, a avaliação e gestão dos fatores de risco associados a disponibilidade de serviços derivados dos equipamentos de infraestrutura, bem como a dimensão territorial das escolhas alocativas e o papel das infraestruturas no desenvolvimento das regiões.

D.3 – Infraestrutura e Sustentabilidade Ambiental

Compreender a concepção de sustentabilidade ambiental como requisito essencial ao desenvolvimento de longo prazo das atividades relacionadas ao desenvolvimento econômico. Analisar os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e os Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA). Conhecer os procedimentos relacionados as múltiplas fases do licenciamento ambiental de projetos de infraestrutura.

D.4 – Direito das Concessões e Parcerias Público-Privadas

Identificar os requisitos necessários ao desenvolvimento de PPPs. Compreender a estrutura de contratação de PPPs para provimento de infraestrutura e serviços. Planejar, realizar e avaliar procedimentos relacionados a concessão de serviços mediante projetos de parcerias público-privadas, observados pela perspectiva da administração pública.

D.5– Direito Administrativo (Licitações, RDC e Contratos)

Compreender os procedimentos de seleção de empresas para contratar com o poder públicos mediante procedimentos próprios as Licitações (nº 8.666/1993) e ao Regime Diferenciado de Contratações (Lei nº 12.462/2011), bem como entender a estrutura e as cláusulas fundamentais dos contratos de bens e serviços relacionados aos projetos de infraestrutura.

D.6– Controle externo em projetos de infraestrutura

Compreender as razões e os procedimentos adotados pelo controle externo no âmbito da administração pública. Desenvolver procedimentos no âmbito da administração pública orientados a prevenção de riscos. Analisar documentos relacionados aos procedimentos de controle externos realizados pelo Tribunal de Contas da União. Conhecer os canais de comunicação institucional existentes entre os órgãos de execução de políticas de infraestrutura e o Tribunal de Contas da União.

D.7 – Regulação da infraestrutura

Analisar as implicações da atuação dos agentes reguladores e da regulação setorial sobre as políticas e os projetos de infraestrutura no âmbito do ambiente institucional brasileiro.

D.8 – Economia da infraestrutura

Compreender as implicações microeconômicas da infraestrutura produtiva, em especial, os efeitos exercidos sobre o padrão de produtividade das empresas e de competitividade da economia no ambiente de competição global. Compreender os condicionantes macroeconômicos que exercem influência sobre as decisões de investimento em infraestrutura.

D.9 – Financiamento do investimento em infraestrutura

Compreender a extensão e as conexões da rede de instrumentos públicos e privados, operados no âmbito dos mercados de crédito e de capitais (debt e equity), disponíveis para estruturação do financiamento do investimento de projetos de infraestrutura.

D.10 – Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico-financeira

Compreender a estrutura dos estudos de viabilidade técnica (solução tecnológica), de viabilidade econômica e de sustentabilidade financeira dos projetos de infraestrutura.

D.11– Gestão de Projetos em Infraestrutura

Análise de Experiências Setoriais Conhecer aspectos relacionados as especificidades das práticas de elaboração e gestão de projetos a partir de conferências destinadas a apresentação de casos concretos desenvolvidos em diferentes segmentos das políticas de infraestrutura.

D.12 – Métodos e Técnica de Pesquisa

Empregar o raciocínio lógico-científico e as metodologias de pesquisa no desenvolvimento de monografia, bem como elaborar um texto segundo as regras fundamentais associadas aos artigos científicos, projetos de intervenção ou policy papers.

14. Corpo docente

Nome	Formação
Alexandre Gomide	Doutorado
André Luiz Francisco da Silva Vital	Especialista
Ariel Cecílio Garces Pares	Mestrado
Bruno Queiroz Cunha	Mestrado
Carlos Ruchiga	Mestrado
Cristiano Rocha Heckert	Doutorado
Fabiana Todesco	Mestrado
Flávio Cireno Fernandes	Doutorado
Geraldo Sandoval Góes	Doutorado
Ian Guerriero	Doutorado
Isaac Averbuch	Graduação
Marcos Honorato de Oliveira	Doutorado
Maurício Amazonas	Doutorado
Mauro Santos Silva	Doutorado
Régis Pinto de Lima	Doutorado
Ricardo Antônio de Souza Karam	Doutorado
Rutelly Marques	Mestrado

15. Bibliografia das disciplinas

D1. Políticas Públicas em Infraestrutura

Bibliografia Básica

ABERS, R. N.; OLIVEIRA, M.; PEREIRA, A. K. Inclusive development and the asymmetric state: big projects and local communities in the Brazilian Amazon. **Journal of Development Studies**, v. 1, p. 1-16, 2016.

CASTELAR, A. A produtividade do investimento em infraestrutura. **Mimeo**, jun. 2016.

FIANI, R. O problema dos custos de transação em parcerias público-privadas em infraestrutura. **Texto para Discussão**, n. 2261. Rio de Janeiro: **Ipea**, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/09012017td_2261.pdf>.

FLYVBJERG, B. Policy and planning for large-infrastructure projects: problems, causes, cures. **Environment and Planning B: Planning and Design**, v. 34, p. 578-597, 2007.

FLYVBJERG, B. The fallacy of beneficial ignorance: a test of Hirschman's hiding hand. **World Development**, v. 84, p. 176-189, Aug. 2016.

FREIRE, A. et al. Burocracia federal da área de infraestrutura: perfil, trajetória, atuação e percepções. Brasília: **Enap**, 2016. (**Cadernos**, 46).

GOMIDE, A. A. (Coord.). Condicionantes institucionais à execução do investimento em infraestrutura: achados e recomendações. **Relatório de Pesquisa**. Brasília: **Ipea**, 2016. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/>>.

HOCHSTETLER, K. The politics of environmental licensing: energy projects of the past and future in Brazil. **Studies in Comparative International Development**, v. 46, n. 4, p. 349-371, Dec. 2011.

HOCHSTETLER, K. A. Conflicts between state and civil society related to infrastructure projects. **Discussion Paper**, n. 217. Brasília: **Ipea**, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7265/1/DiscussionPaper_217.pdf>.

MACHADO, R. A. Condicionantes institucionais à execução do investimento em infraestrutura no Brasil: estudo de caso sobre a implementação da ferrovia Transnordestina. **Texto para Discussão**, n. 2251. Rio de Janeiro: **Ipea**, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/14112016td_2251.pdf>.

PIRES, R. R. C. Por dentro do PAC: dos arranjos formais às interações e práticas dos seus operadores. In: **CAVALCANTE, P.; LOTTA, G. (Org.)** *Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação*. Brasília: **ENAP**, 2015. v. 1, p. 177-222.

RAISER, M. (Coord.). *De volta ao planejamento: como preencher a lacuna de infraestrutura no Brasil em tempos de austeridade*. Washington: **World Bank Group**, 2017.

WEGRICH, K.; HAMMERSCHMID, G. Infrastructure governance as political choice. In: **WEGRICH, K.; HAMMERSCHMID, G. (Ed.)** *The governance of infrastructure*. Oxford: **Oxford University Press**, 2017.

Bibliografia Complementar

ABERS, R. N. Conflitos, mobilizações e participação institucionalizada: a relação com a sociedade civil na construção de grandes obras de infraestrutura. **Texto para Discussão**, n. 2231. Rio de Janeiro: **Ipea**, set. 2016.

BIANCHI, A. M. Albert O. Hirschman – the principle of the hiding hand. **Revista Brasileira de Inovação**, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 9-44, jan./jun. 2014.

BRUNET, M.; AUBRY, M. The three dimensions of a governance framework for major public projects. **International Journal of Project Management**, v. 34, p. 1596-1607, 2016.

CGU – MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Avaliação dos resultados da adoção do Regime Diferenciado de Contratação – RDC, com ênfase no regime de contratação integrada no DNIT. **Relatório de Auditoria OS: 201505075**, 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. *Infraestrutura: o custo do atraso e as reformas necessárias*. Brasília: **CNI**, 2014.

CRUZ, C. O.; DA CRUZ, N. F. Public-private partnership: a framework for private sector involvement in public infrastructure projects. In: **WEGRICH, K.; KOSTKA, G.; HAMMERSCHMID, G. (Ed.)** *The governance of infrastructure*. Oxford: **Oxford University Press**, 2017.

FLYVBJERG, B. (Ed.). *The Oxford handbook of megaproject management*. Oxford: **Oxford University Press**, 2017.

FLYVBJERG, B. What you should know about megaprojects and why: an overview. **Project Management Journal**, Apr./May 2014. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2424835>>.

LOTTA, G. S.; FAVARETO, A. Os arranjos institucionais dos investimentos em infraestrutura no Brasil: uma análise sobre seis grandes projetos do programa de aceleração de crescimento. **Texto para Discussão**, n. 2253. Brasília: **Ipea**, 2016. p. 3-60.

MERCEDES, S. S. P.; RICO, J. A. P.; POZZO, L. de Y. Uma visão histórica do planejamento do setor elétrico brasileiro. **Revista USP**, n. 104, p. 13-36, jan./mar. 2015.

OLIVIERI, C. A atuação dos controles interno e externo ao Executivo como condicionante da execução de investimento em infraestrutura no Brasil. **Texto para Discussão**, n. 2252. Rio de Janeiro: **Ipea**, nov. 2016.

PEREIRA, A. K. A construção de capacidade estatal por redes transversais: o caso de Belo Monte. 264 f., il. Tese (Doutorado em Ciência Política) – **Universidade de Brasília**, Brasília, 2014.

SCABIN, C.; CRUZ, C.; PEDROSO-JUNIOR, N. Environmental licensing in Brazil: judicialization, environmental protection, and the rights of local communities. Prepared for the 3rd **UNITAR-Yale Conference on Environmental Governance and Democracy**, 5-7 Sept. 2014, New Haven, USA.

SEROA DA MOTTA, R. A evolução do licenciamento ambiental em projetos de infraestrutura no Brasil. In: **PEREIRA, L. V.; VELOSO, F.; FAN, Y.; PAN, Z. (Org.)** *Infraestrutura: perspectivas do Brasil e da China*. Rio de Janeiro: **Elsevier**, 2015. p. 109-122.

SOUSA, R. P.; POMPERMAYER, F. M. Condicionantes institucionais ao investimento em infraestrutura: elaboração, avaliação e seleção de projetos. Brasília: **Ipea**, 2016. (**Texto para Discussão**, n. 2239).

WEGRICH, K.; KOSTKA, G.; HAMMERSCHMID, G. (Ed.). *The governance of infrastructure*. Oxford: **Oxford University Press**, 2017.

D2. Planejamento Setorial em Infraestrutura

Bibliografia Básica

BOURGON, J. Em busca de uma nova síntese para administração pública: textos para discussão. Brasília: **ENAP**, 2010. cap. 1, p. 9-20.

BRANDÃO, C. *Território & desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL. CENTRAN. *PNLT – Plano Nacional de Logística em Transportes 2030: resumo*. Rio de Janeiro: **CENTRAN**, 2012.

BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética. *Balço energético nacional 2017: ano base 2016*. Rio de Janeiro: **EPE**, 2017.

BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética. *PNE – Plano Nacional de Energia 2030*. Rio de Janeiro: **EPE**, 2007.

BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética. *PNE 2050 – Termo de referência. Nota Técnica DEA 05/13*. Rio de Janeiro: **EPE**, 2013.

BRASIL. Empresa de Planejamento e Logística S.A. *PNLI – Relatório de desenvolvimento do PNLI (preliminar)*. Brasília: **EPL**, 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG). *Estudo da dimensão territorial para o planejamento – Brasil policêntrico 2030*. Brasília: **MPOG/SPI**, 2008-2011.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG). *Estudo dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento – PPA 2000-2003*. Brasília: **MPDG**, 2000.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG). *Eixos nacionais de integração e desenvolvimento – PPA 2004-2007*. Brasília: **MPDG**, 2004.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG). *IIRSA – Integração das infraestruturas da América do Sul 2000-2010*. Brasília: **MPDG**, 2010.

CARDOSO, J. C. (Org.). *Planejamento Brasil século XXI: inovação institucional e refundação administrativa, elementos para o pensar e o agir*. Brasília: **Ipea**, 2015.

CARNEIRO, R.; MENICUCCI, T. *Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes*. Rio de Janeiro: **Fiocruz/Ipea**, 2013.

GODET, M.; DURANCE, P. *A prospectiva estratégica: para as empresas e territórios*. Paris: **Dunod**, 2011.

GOMIDE, A. *Condicionalidades institucionais à execução do investimento em infraestrutura: achados e recomendações*. Relatório de Pesquisa. Brasília: **Ipea**, 2016.

HUERTAS, F. *O método PES: entrevista com Carlos Matus*. São Paulo: **FUNDAP**, 1996.

MÁTTAR, J.; PERROTTI, D. (Ed.). *Planificación, prospectiva y gestión pública: reflexiones para la agenda de desarrollo*. Santiago de Chile: **CEPAL**, 2014.

MARTINS, H. F.; MARINI, C. Governança pública contemporânea: uma tentativa de dissecação conceitual. *Revista do TCU*, n. 130, p. 42-53, maio/ago. 2014.

MARTINS, H. F.; MARINI, C. *Um guia de governança para resultados na administração pública*. Brasília: **Instituto Publix, Editora Publix**, 2010.

MATUS, C. *Adeus senhor presidente: planejamento, antiplanejamento e governo*. Recife: **Litteris**, 1989. cap. 1, p. 24-56.

MATUS, C. *Triângulo de governo*. São Paulo: **Fundación Altadir**, 2006.

NETO, C. A. Planos e programas dos setores de transporte e energia elétrica no Brasil pós-2003. Texto para Discussão, n. 2227. Brasília: **Ipea**, 2016.

OLIVEIRA, R. O. Investimento público no Brasil: trajetória e relações com regime fiscal. Texto para Discussão, n. 2215. Brasília: **Ipea**, 2016.

PLANSAB – Plano Nacional de Saneamento Básico. Brasília: **Ministério das Cidades**, 2013.

PLANSAB – Observatório das Metrópoles. Brasília: **Ministério das Cidades**, 2013.

PORTO, A. F. C.; SILVEIRA, J. P. O planejamento e a gestão estratégica e sua função em Minas Gerais. In: **GUIMARÃES, T. B.; PORDEUS, I. A.; CAMPOS, E. S. A. (Org.)** *Estado para resultados: avanços no monitoramento e avaliação da gestão pública em Minas Gerais*. Belo Horizonte: **Editora UFMG**, 2010.

PREMISSAS econômicas de longo prazo – PNE 2050. Brasília: **EPE**, 2015.

RANKING do saneamento – Trata Brasil. São Paulo: **Instituto Trata Brasil**, 2016.

STEVENS, B.; SCHIEB, P.-A.; ANDRIEU, M. *Les infrastructures à l'horizon 2030: télécommunication, transports terrestres, eau et électricité*. Paris: **OCDE**, 2006.

TROSA, S. *Gestão para resultados: quando o Estado se compromete*.

Bibliografia Complementar

ABNT. *Gestão de riscos – princípios e diretrizes*. Norma ABNT NBR ISO 31000. Rio de Janeiro: **ABNT**, 2009.

ABNT. *Gestão de riscos – técnicas para o processo de avaliação de riscos*. Norma ABNT NBR ISO/IEC 31010. Rio de Janeiro: **ABNT**, 2012.

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: **COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL**, 1., 2007, Florianópolis. Anais. Florianópolis: **UFSC**, 2007.

ALBAGLI, S. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. In: **CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Ed.)** *Globalização & inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul*. Brasília: **IBICT/MCT**, 1999. p. 181-198.

ARGENTINA. Ministerio de Planificación Federal, Inversión Pública y Servicios. *Plan estratégico territorial*. Buenos Aires: **MPF**, 2008.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). *10 passos para a boa governança*. Brasília: **TCU**, 2014. Disponível em: <www.tcu.gov.br>.

BRASIL. Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 001, de 10 de outubro de 2016. Brasília: **CGU/MP**, 2016.

BRASIL. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MPOG). *Manual de apresentação de estudos de viabilidade de projetos de grande vulto junto à Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA).* Versão 2.0. Brasília: **MPOG**, 2009.

CARDOSO Jr., J. C. Planejamento no Brasil: balanço histórico e propostas ao Plano Plurianual. **Texto para Discussão.** Rio de Janeiro: **Ipea**, dez. 2014.

CARDOSO, J. C.; SANTOS, J. C. (Coord.). *Infraestrutura e planejamento no Brasil: coordenação estatal da regulação e dos incentivos em prol dos investimentos – o caso do setor elétrico.* Brasília: **Ipea**, 2012.

CEPAL. *Sistemas nacionales de inversión pública – SNIP.* Santiago de Chile: **CEPAL**, 2017. Disponível em: <<http://biblioguias.cepal.org/c.php?g=159547&p=1044441>>.

COUTINHO, R. PPA: o que não é e o que pode ser. In: **CARDOSO Jr., J. C.; CUNHA, A. S. (Org.)** *Planejamento e avaliação de políticas públicas.* Brasília: **Ipea**, 2015.

GESPÚBLICA. *Projeto de desenvolvimento do guia de orientação para o gerenciamento de riscos.* Brasília: **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**, 2013.

GHELMAN, S.; COSTA, S. R. R. Adaptando o BSC para o setor público utilizando os conceitos de efetividade, eficácia e eficiência. In: **SIMPEP**, 13., 2007, Bauru. Anais. Bauru: **UNESP**, 2007.

GOLDSMITH, S.; EGGERS, W. *Governar em rede: novo formato do setor público.* Brasília/São Paulo: **ENAP/Unesp**, 2006. cap. 1, p. 17-75.

JANNUZZI, P. M. *Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas.* Campinas: **Editora Alínea**, 2016.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. *Mapas estratégicos: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis.* Rio de Janeiro: **Elsevier**, 2004.

IIRSA. *Roteiro de acesso a documentos da IIRSA.* Disponível em: <www.iirsa.org>.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. *Sociologia da ação pública.* Maceió: **Editora UFAL**, 2013.

LOUREIRO, M. R.; OLIVIERI, C.; MARTES, A. C. Burocratas, partidos e grupos de interesse: o debate sobre política e burocracia no Brasil. In: **LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; SILVA PACHECO, R. (Org.)** *Burocracia e política no Brasil: desafios para ordem democrática no século XXI.* Rio de Janeiro: **Editora FGV**, 2010.

LÚCIO, M.; DAROIT, D.; BESSA, L.; MADURO-ABREU, A. Sentidos e significados de se planejar estrategicamente nas organizações públicas – planejamento estratégico sociotécnico (PLANES): análise de uma experiência. **NAU Social**, v. 5, nov. 2014.

LUNA, M.; LUNA, P. et al. *O planejamento de logística e transporte no Brasil: uma análise dos planos nacional e estaduais.* Florianópolis: **UFSC**, 2011. MATUS, C. O plano como aposta. In: GIACOMONI, J.; PAGNUSSAT, J. L. (Org.) *Planejamento e orçamento governamental.* Brasília: **ENAP**, 2006. v. 1.

MATUS, C. Estratégias políticas: chimpanzé, Maquiavel e Gandhi. São Paulo: **FUNDAP**, 1997. p. 279-283.

MARCIAL, E. Análise estratégica: estudos do futuro no contexto da inteligência competitiva. Brasília: **Thesaurus**, 2011.

MARCIAL, E.; GRUMBACH, R. J. S. Cenários prospectivos. 5. ed. Rio de Janeiro: **FGV**, 2008.

MARÍLIA, S. A inseparabilidade entre Estado, políticas públicas e território. In: **STEINBERGER, M. (Org.)** *Território, Estado e políticas públicas espaciais.* Brasília: **Ler Editora**, 2013. p. 31-64.

MENDEZ, J. L. Las oficinas presidenciales en México y Estados Unidos, 1980-2005: un estudio comparativo. In: **CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD**, 10., 2005, Santiago de Chile. Anais. Santiago de Chile: **CLAD**, 2005.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. *Safári de estratégias: um roteiro pela selva do planejamento estratégico*. Porto Alegre: **Bookman**, 2010.

NAIN, M. *O fim do poder: nas salas da diretoria ou nos campos de batalha, em igrejas ou Estados, por que estar no poder não é mais o que costumava ser*. São Paulo: **Leya**, 2013.

ORTEGON, E.; PACHECO, J. F. *Los sistemas nacionales de inversión pública en Argentina, Brasil, México, Venezuela y España como caso de referencia (cuadros comparativos)*. Santiago de Chile: **CEPAL**, 2005.

OXFORD. Hertie School of Governance. *The governance report 2016: infrastructure trade-offs, productivity, delivery, innovation, indicators*. Oxford: **Hertie School**, 2016.

PARES, A.; VALLE, B. A retomada do planejamento governamental no Brasil e seus desafios. In: **GIACOMONI, J.; PAGNUSSAT, J. L. (Org.)** *Planejamento e orçamento governamental*. Brasília: **ENAP**, 2006.

PARES, J. P.; SILVEIRA, J. P. Gestão pública orientada para resultados no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 53, n. 4, p. 200-220, out./dez. 2002. Brasília: **ENAP**.

PERES, U. *Elaboração e gestão de projetos no setor público*. São Paulo: **Instituto do Legislativo Paulista**, 2011. Disponível em: <www.esaf.fazenda.gov.br/a_esaf/.../elaboracao-e-gestao-de-projetos.pdf>.

PETERS, Guy Brainard. *La capacidad para gobernar: retrocediendo hacia el centro?* Revista del CLAD Reforma y Democracia, n. 27, out. 2003. Caracas.

PFEIFFER, Peter. *O quadro lógico: um método para planejar e gerenciar mudanças*. Revista do Serviço Público, ano 51, n. 1, jan./mar. 2000. Brasília: **ENAP**.

URIBE Rivera, Francisco J.; MACHADO, Helena (Org.). *Planejamento criativo: novos desafios em políticas de saúde*. Rio de Janeiro: Ressume Dumará, 1992.

SILVEIRA, Márcio Rogério. *Logística, sistemas de movimento, fluxos econômicos e interações espaciais no território paulista: uma abordagem para a geografia dos transportes e circulação*. Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad Barcelona, 2009.

SILVA, Rogério. *Avaliação participativa: leituras e questionamentos*. São Paulo: Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social; Instituto Itaú Social, maio 2009.

STORPER, M.; VENABLES, A. *O burburinho: a força econômica da cidade*. In: **DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges (Ed.).** *Economia e território*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DROR, Yehezkel. *O administrador tipo delta para o século 21*. Revista do Serviço Público, ano 48, n. 2, mai./ago. 1997. Brasília: **ENAP**.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *Gestão de riscos – princípios e diretrizes*. Norma ABNT NBR ISO 31000. Rio de Janeiro: ABNT, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *Gestão de riscos – técnicas para o processo de avaliação de riscos*. Norma ABNT NBR ISO/IEC 31010. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Para uma teoria dos estudos territoriais*. In: **COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL**, 1., 2007, Florianópolis. Anais. Florianópolis: UFSC, 2007.

ALBAGLI, Sarita. *Globalização e espacialidade: o novo papel do local*. In: **CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Ed.).** *Globalização & inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul*. Brasília: IBICT/MCT, 1999. p. 181-198.

ARGENTINA. Ministerio de Planificación Federal, Inversión Pública y Servicios. *Plan estratégico territorial*. Buenos Aires: MPF, 2008.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). *10 passos para a boa governança*. Brasília: TCU, 2014. Disponível em: <www.tcu.gov.br>.

BRASIL. Controladoria-Geral da União; Ministério do Planejamento. *Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 001, de 10 de outubro de 2016*. Brasília: CGU/MP, 2016.

BRASIL. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MPOG). Manual de apresentação de estudos de viabilidade de projetos de grande vulto junto à Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA). Versão 2.0. Brasília: MPOG, 2009.

CARDOSO Jr., José Celso. Planejamento no Brasil: balanço histórico e propostas ao Plano Plurianual. Texto para Discussão. Rio de Janeiro: Ipea, dez. 2014.

CARDOSO, José Celso; SANTOS, José Carlos (Coord.). Infraestrutura e planejamento no Brasil: coordenação estatal da regulação e dos incentivos em prol dos investimentos – o caso do setor elétrico. Brasília: Ipea, 2012.

CEPAL. Sistemas nacionales de inversión pública – SNIP. Santiago de Chile: CEPAL, 2017. Disponível em: <<http://biblioguias.cepal.org/c.php?g=159547&p=1044441>>.

COUTINHO, Renato. PPA: o que não é e o que pode ser. In: **CARDOSO Jr., José Celso; CUNHA, André S. (Org.). Planejamento e avaliação de políticas públicas.** Brasília: Ipea, 2015.

D3. Infraestrutura e Sustentabilidade Ambiental

Bibliografia Básica

ABRAMOVAY, R. *Muito além da economia verde.* São Paulo: **Editora Abril**, 2012. cap. 3 – O sapo e o escorpião: é possível um capitalismo capaz de levar o mundo em conta?

AMAZONAS, M. C. *Curso métodos e técnicas de avaliação socioeconômica de projetos – módulo 3: avaliação de custos e benefícios ambientais.* Brasília: **ENAP**, 2012.

MAY, P. H. (Org.). *Economia do meio ambiente: teoria e prática.* 2. ed. São Paulo: **Atlas**, 2010.

MOTTA, R. S. *Infraestrutura e sustentabilidade ambiental.* In: **PINHEIRO, A. C.; FRISCHTAK, C. R. (Org.)** *Gargalos e soluções na infraestrutura de transportes.* Rio de Janeiro: **Editora FGV**, 2014. cap. 3, p. 39-64.

MOTTA, R. S. *A sustentabilidade ambiental do desenvolvimento.* In: **NETO, A. D. (Coord.)** *O estado*

Bibliografia Complementar

IBAMA. Diretoria de Licenciamento Ambiental. *Estudo comparativo dos modelos de LAF, AIA e CA em diferentes países e subsídio à elaboração de matrizes de impacto por tipologia: Produto 1 – Compilação do estudo comparativo internacional dos modelos de LAF, AIA e CA.* Revisão 4. São Paulo, 2015.

HOFMANN, Rose Mirian. *Gargalos do licenciamento ambiental federal no Brasil.* Estudo. Brasília: Consultoria Legislativa da Área XI – Meio Ambiente e Temas Afins, jul. 2015.

COMITÊ COORDENADOR DAS ATIVIDADES DE MEIO AMBIENTE DO SETOR ELÉTRICO (COMASE). *Legislação ambiental de interesse do setor elétrico: nível federal.* Atualização de Carlos Frederico S. Menezes e Claudia Blanco de Dios. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Eletrobrás, Departamento de Meio Ambiente, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos; IBAMA. *Licenciamento ambiental federal: manual de normas e procedimentos para licenciamento ambiental no setor de extração mineral.* Brasília, DF, ago. 2001.

D4. Direito das Concessões e Parcerias Público-Privadas

Bibliografia Básica

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: **Senado Federal**, 1988.
JUSTEN FILHO, M. *Concessões de serviços públicos: comentários às Leis nº 8.987 e 9.074 de 1995*. São Paulo: **Dialética**, 1995.
JUSTEN FILHO, M. *Teoria geral das concessões de serviço público*. São Paulo: **Dialética**, 2003.
RIBEIRO, M. P.; PRADO, L. N. *Comentários à Lei de PPP – Parceria público-privada: fundamentos jurídicos e econômicos*. São Paulo: **Malheiros**, 2007.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 14 fev. 1995.
BRASIL. Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995. Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 8 jul. 1995.
BRASIL. Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento da ANATEL, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 17 jul. 1997.
BRASIL. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 31 dez. 2004.

D5. Direito Administrativo (Licitações, RDC & Contratos)

Bibliografia Básica

ACÓRDÃO nº 2.328/2015 – TCU-Plenário. Brasília: **Tribunal de Contas da União**, 2015.
ACÓRDÃO nº 2.622/2015 – TCU-Plenário. Brasília: **Tribunal de Contas da União**, 2015.
BRASIL. Instrução Normativa Seges/MP nº 05/2017. Brasília: **Ministério do Planejamento**, 2017.
BRASIL. Instrução Normativa SLTI/MP nº 04/2014. Brasília: **Ministério do Planejamento**, 2014.
BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Brasília: **Presidência da República**, 1993.
BRASIL. Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011. Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC. Brasília: **Presidência da República**, 2011.
BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias. Brasília: **Presidência da República**, 2016.
BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Levantamento integrado de governança*. Brasília: **TCU**, 2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública.* Versão 2. Brasília: **TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**, 2014.

DA SILVA, M. A. Óbices do processo de acompanhamento e de fiscalização contratual na Administração Pública: uma análise da liquidação da despesa sob a perspectiva econômica da assimetria da informação. **Revista do TCU**, p. 68-83, jan./abr. 2011.

DE ALMEIDA, C. W. L. Liquidação da despesa e aplicação de penalidades: momentos essenciais da fiscalização dos contratos administrativos. **Revista do TCU**, p. 26-39, jan./abr. 2011.

DI PIETRO, M. S. Z. *Direito administrativo*. 30. ed. Rio de Janeiro: **Forense**, 2017.

HECKERT, C. R.; NETTO, A. F. S. *Contratações de TI: o jogo*. Curitiba: **Editora Negócios Públicos do Brasil**, 2017.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Projeto de Lei nº 6.814, de 2017. *Novo marco legal para Licitações e Contratos*. Em tramitação na **Câmara dos Deputados**.

HEINEN, Juliano. *Contratos administrativos na União Europeia e no Brasil: uma questão contemporânea comum*. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. **275**, p. 165-190, maio/ago. 2017.

D6. Controle Externo em Projetos de Infraestrutura

Bibliografia Básica

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Manual de auditoria operacional / Tribunal de Contas da União*. 3. ed. Brasília: **TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo (Seprog)**, 2010.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Orientações para auditoria de conformidade*. Brasília: **Diretoria de Procedimentos, Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimentos, Secretaria Geral de Controle Externo**, 2. rev. Brasília: **TCU**, 2010.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Padrões de Auditoria de Conformidade (PAC)*. **Boletim do Tribunal de Contas da União Especial**, Brasília, ano 43, n. 2, 3 fev. 2010b.

Bibliografia Complementar

BELLO, Bruno Vitali. *Modelagem de garantias governamentais em Project finance e parcerias público-privadas através da aplicação da teoria de opções reais*. 2009. Tese (Doutorado) – **PUC-Rio**.

BERNSTEIN, Peter L.; DAMODARAN, Aswath. *Administração de investimentos*. Porto Alegre: **Bookman**, 2000. 423 p.

BORGES, Luiz Ferreira Xavier. Project finance e infra-estrutura: descrição e críticas. **Revista do BNDES**, v. 5, n. 9, p. 105-121, 1998.

BRASIL. Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano CXXXII, n. 32, 14 fev. 1995. Seção I, p. 1-4.

BRASIL. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano CXXI, n. 252, 31 dez. 2004. Seção I, p. 6-8.

CASAROTO FILHO, Nelson; KOPITKE, Bruno Hartmut. *Análise de Investimentos: Matemática Financeira, Engenharia Econômica, Tomada de Decisão, Estratégia Empresarial*. 9. ed. São Paulo: **Atlas**, 1992. 458 p.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). *ICPC 01 – Contratos de Concessão: Interpretação*. Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2011.

FERNÁNDEZ, Pablo. *75 common and uncommon errors in company valuation*. 2003.

FURTADO, Lucas Rocha. *Curso de direito administrativo*. **Forum**, 2007.

GUASCH, J. Luis. *Granting and renegotiating infrastructure concessions: doing it right*. **World Bank Publications**, 2004.

HAMMERSCHMIDT, Denise et al. Natureza e fins da regulação da atividade econômica. **Revista Jurídica Cesumar**, Maringá, n. 1, p. 161-176, 2002.

HILSDORF, Carlos. A diferença entre preço e valor. 2013.

IZQUIERDO, Rafael; VASSALLO, José Manuel. *Nuevos sistemas de gestión y financiación de infraestructuras de transporte*. 2004.

D7. Regulação da Infraestrutura

Bibliografia Básica

CAVALCANTE, P. Gestão pública contemporânea: do movimento gerencialista ao pós-NPM. **Texto para Discussão Ipea**, n. 2319, 2017.

CUNHA, B. Q. Antagonismo, modernismo e inércia: a política regulatória brasileira em três atos. **Cadernos EBAPE.BR**, Fundação Getúlio Vargas (FGV), v. 14, Edição Especial, p. 473-485, 2016.

CUNHA, B. Q. Os “Regulocratas”: características corporativas e implicações sistêmicas do funcionamento da burocracia das agências reguladoras no Brasil. **Texto para Discussão (TD) Ipea**, n. 2311, 2017.

CUNHA, B. Q.; GOMIDE, A. A.; KARAM, R. A. S. Governança e capacidade regulatória: notas de pesquisa. **Boletim de Análise Política-Institucional (BAPI)**, Ipea, n. 10, p. 47-53, 2017.

CUNHA, B. Q.; KARAM, R. A. S. Regulação estatal no Brasil contemporâneo. **Boletim de Análise Política-Institucional (BAPI)**, Ipea, n. 12, p. 61-66, 2017.

MUELLER, B. Regulação: uma resenha da teoria positiva. **Revista Brasileira de Economia de Empresas**, v. 1, n. 1, 2001.

OCDE. Brasil: fortalecendo a governança para o crescimento. Relatório sobre reforma regulatória. Paris, 2008.

OCDE. Recomendação do Conselho sobre política regulatória e governança. Paris, 2012.

WINDHOLZ, E.; HODGE, G. A. Conceituando regulação social e econômica: implicações para agentes reguladores e para atividade regulatória atual. **Revista de Direito Administrativo**, v. 264, p. 13-56, set./dez. 2013.

Bibliografia Complementar

AMANN, E.; BAER, W.; TREBAT, T.; LORA, J. V. Infrastructure and its role in Brazil's development process. **The Quarterly Review of Economics and Finance**, v. 62, p. 66-73, 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, v. 47, n. 1, p. 7-40, 1996.

CHANG, H. J. The economics and politics of regulation. **Cambridge Journal of Economics**, v. 21, p. 703-728, 1997.

CHRISTENSEN, T.; LÆGREID, P. The new regulatory orthodoxy: a critical assessment. In: **LEVI-FAUR, D. (ed.)** *Handbook on the Politics of Regulation*. Cheltenham: **Edward Elgar**, p. 361-372, 2011.

CUNHA, B. Q. Os "Regulocratas": características corporativas e implicações sistêmicas do funcionamento da burocracia das agências reguladoras no Brasil. **Texto para Discussão (TD) Ipea**, n. 2311, 2017.

CUNHA, B. Q.; PEREIRA, A. K.; GOMIDE, A. A. State capacity and utilities regulation in Brazil: exploring bureaucracy. **Utilities Policy**, p. 1-11, 2017.

CUNHA, B. Q.; RODRIGO, D. Assessing regulatory governance and patterns of regulatory reform in Brazil. **I Paper dell'Osservatorio**, p. 1-31, 2013.

FIANI, R. O enfoque moderno das instituições: estruturas de governança. In: **FIANI, R.** *Cooperação e conflito: instituições e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: **Elsevier**, cap. 4, 2011.

IPEA. Condicionantes institucionais à execução do investimento em infraestrutura: achados e recomendações. **Relatório de Pesquisa**, 2016.

JORDANA, J.; LEVI-FAUR, D. The politics of regulation in the age of governance. In: **JORDANA, J.; LEVI-FAUR, D.** *The Politics of Regulation: Institutions and Regulatory Reforms for the Age of Governance*. Cheltenham: **Edward Elgar Publishing**, cap. 1, 2004.

LEVI-FAUR, D. The odyssey of the regulatory state: from a "thin" monomorphic concept to a "thick" and polymorphic concept. **Law & Policy**, v. 35, p. 29-50, 2013.

LODGE, M.; VAN STOLK, C.; BATISTELLA-MACHADO, J.; HAFNER, M.; SCHWEPPESTEDDE, D.; STEPANEK, M. Regulação da infraestrutura logística no Brasil. **CARR/LSE e RAND**, Relatório de Pesquisa, 2017.

LODGE, M.; WEGRICH, K. High-quality regulation: its popularity, its tools and its future. **Public Money Management**, v. 29, p. 145-152, 2009.

LODGE, M.; WEGRICH, K. Letter to the editor of public administration review in response to a recent symposium on financial regulatory reform. **Public Administration Review**, v. 70, p. 336-341, 2010.

MAJONE, G. Do Estado positivo ao Estado regulador: causas e consequências de mudanças no modo de governança. **Revista do Serviço Público**, v. 50, n. 1, p. 5-36, 1999.

PECÍ, A.; SOBRAL, F. Regulatory impact assessment: how political and organizational forces influence its diffusion in a developing country. **Regulation & Governance**, v. 5, n. 2, p. 204-220, 2011.

PETERS, B. G. Os dois futuros do ato de governar: processos de descentralização e recentralização no ato de governar. **Revista do Serviço Público**, v. 59, p. 289-307, 2008.

PETERS, B. G. The challenge of policy coordination. **Policy Design and Practice**, v. 1, n. 1, p. 1–11, 2018.

PINTO JR., H. Q.; FIANI, R. Regulação econômica. In: **KUPFER, D.; HASENCLEVER, L.** *Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil*. Rio de Janeiro: **Elsevier**, p. 299–312, 2012.

QUERBACH, T.; ARNDT, C. Regulatory policy in Latin America: an analysis of the state of play. **OECD Regulatory Policy Working Papers**, n. 7, p. 1–58, 2017.

RAMALHO, P. I. S.; CRUZ, V. Processo regulatório e qualidade: implantação de indicadores de qualidade regulatória no Brasil. **Revista da AGERGS**, n. 16, p. 23–44, 2013.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. In: **SARAVIA, E.; FERRAREZI, E.** *Políticas Públicas*. Brasília, DF: **Enap**, p. 21–42, 2006.

D8. Economia da Infraestrutura

Bibliografia Básica

KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. *Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil*. Rio de Janeiro: **Campus**, [s.d.].

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. *Microeconomia*. São Paulo: **Prentice Hall**, [s.d.].

VISCUSI, W. K.; HARRINGTON JR., J. E.; VERNON, J. M. *Economics of regulation and antitrust*. Cambridge, Massachusetts: **The MIT Press**, [s.d.].

Bibliografia Complementar

CORREIA, P. B.; LANZOTTI, C. R.; SILVIA, A. J. Teoria dos leilões: formulações e aplicações no setor elétrico. **Anais do II Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica**, p. 711–715.

KAHN, Alfred E. *The economics of regulation: principles and institutions*. Cambridge, Massachusetts: **The MIT Press**, [s.d.].

MONTALVÃO, E.; SILVA, R. M. Descontos na TUST e na TUSD para fontes incentivadas: uma avaliação. Brasília: **Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado**, fev. 2015. (**Texto para Discussão nº 165**). Disponível em: <www.senado.leg.br/estudos>.

OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development. *Regulatory impact analysis: best practices in OECD countries*. Paris: **OCDE**, 1997. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/21/59/35258828.pdf>>.

RAGAZZO, C. E. J.; SILVIA, R. M. Aspectos econômicos e jurídicos sobre cartéis na revenda de combustíveis: uma agenda para investigações. Brasília: **SEAE/MF**, dez. 2016. (**Documento de Trabalho nº 40**).

SAINTIVE, M. B.; CHACUR, R. S. A regulação tarifária e o comportamento dos preços administrados. Brasília: **SEAE/MF**, (**Documento de Trabalho nº 33**).

D9. Financiamento do Investimento em Infraestrutura

Bibliografia Básica

- AFONSO, José Roberto; FAJARDO, Felipe.** Evolução da taxa de investimento e a indução pelo setor público. Rio de Janeiro: **IBRE/FGV**, 2015. Nota técnica.
- BREALEY, Richard A.; MYERS, Stewart; ALLEN, Franklin.** *Princípios de finanças corporativas*. 10. ed. São Paulo: **McGraw-Hill**, 2013.
- CINTRA, Marco Antônio Macedo; PRATES, Daniela Magalhães Prates.** Fundos de poupança compulsória como instrumentos de funding na economia brasileira. In: **JAYME JR, Frederico; CROCCO, Marco (Org.)** *Bancos públicos e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: **IPEA**, 2010. cap. 10, p. 289-328.
- CRUZ, Carlos Arcanjo; RAMOS, Francisco de Souza.** Evidências de subsídio cruzado no setor de saneamento básico nacional e suas consequências. **Revista Nova Economia**, v. 26, n. 2, p. 623-651, 2016.
- DINIZ, Érica; AFONSO, José Roberto.** Benefícios fiscais concedidos (e mensurados) pelo governo federal. **FGV/IBRE**, jan. 2014. Texto de Discussão.
- FERNANDES, João Carlos; et al.** A contribuição dos bancos de desenvolvimento para o financiamento de longo prazo. **Revista do BNDES**, n. 40, p. 5-42, dez. 2013.
- FERREIRA, Pedro Cavalcanti; DUTRA, Joísa Campanher.** Impactos da infraestrutura sobre a competitividade. In: **BONELLI, Regis.** *A agenda de competitividade do Brasil*. Rio de Janeiro: **Editora da FGV**, 2011. p. 173-194.
- FRISCHTAK, Claudio; NORONHA, Júlia.** O financiamento do investimento em infraestrutura no Brasil: uma agenda para a expansão sustentada. Brasília: **Confederação Nacional da Indústria**, 2016.
- GARCIA, Márcio.** Juros e câmbio no Brasil: avanços e desafios. In: **SARDENBERG, Amarílis Prado (Org.)** *Desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil*. São Paulo: **Editora Sociologia e Política**, 2015. cap. 10, p. 399-426.
- LAZZARINI, Sérgio; LIMA, Thiago; MAKHOUL, Pedro.** Como aumentar a atração do capital privado para financiar projetos de infraestrutura no Brasil? In: *Infraestrutura: eficiência e ética*. Rio de Janeiro: **Elsevier**, 2017. cap. 8, p. 233-262.
- LOPREATO, Francisco Luiz C.** O papel da política fiscal: um exame da visão convencional. Campinas: **IE Unicamp**, 2006. (**Texto para Discussão nº 119**).
- LUNA, Francisco Eduardo de; SANTOS, Almeida.** Política cambial no Brasil: mecanismos e funcionamento do mercado. In: **SOUZA JUNIOR, José Ronaldo de Castro (Org.)** *Evolução recente das políticas monetária e cambial e do mercado de crédito no Brasil*. Rio de Janeiro: **IPEA**, 2014. cap. 7.
- MONTEIRO, Vera.** Incentivos jurídicos para otimizar a participação privada na modelagem de concessões. In: *Infraestrutura: eficiência e ética*. Rio de Janeiro: **Elsevier**, 2017. cap. 5, p. 149-168.
- MORAES, Marcos Siqueira; REYES-TAGLE, Gerardo.** Os impactos fiscais dos contratos de parceria público-privada: estudo de caso do ambiente institucional e da prática no Brasil. Brasília: **BID**, 2017. (**Nota Técnica do BID nº 1246**).
- ORAIR, Rodrigo.** Investimento público no Brasil: trajetória e relações com o regime fiscal. Brasília: **IPEA**, 2016. (**Texto para Discussão nº 2215**).
- PASTORE, Afonso Celso.** O setor privado e os investimentos em infraestrutura. In: *Infraestrutura: eficiência e ética*. Rio de Janeiro: **Elsevier**, 2017. cap. 1, p. 1-38.
- ROCCA, Carlos Antônio; et al.** Relatório trimestral de financiamento de investimentos na economia brasileira. Rio de Janeiro: **IBMEC**, jan. 2016.
- SOUZA JUNIOR, José Ronaldo de Castro.** Política de metas de inflação: teoria e evidências empíricas. In: **SOUZA JUNIOR, José Ronaldo de Castro (Org.)** *Evolução recente das políticas monetária e cambial e do mercado de crédito no Brasil*. Rio de Janeiro: **IPEA**, 2014. cap. 1, p. 19-44.
- SUNDFELD, Carlos Ary.** Parcerias de investimento em empreendimentos públicos: qual reforma jurídica pode fazer diferença. In: *Infraestrutura: eficiência e ética*. Rio de Janeiro: **Elsevier**, 2017. cap. 3, p. 75-116.

Bibliografia Complementar

- INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK.** *Public development banks: toward a new paradigm?* Fernando de Olloqui, editor; Martin Chrisney, [et al.]. Washington (DC), 2013.

D 10. Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico-Financeira

Bibliografia Básica

ANTAQ. Manual de procedimentos de análise de estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental – EVTEA de arrendamentos portuários. 2016.

BANCO MUNDIAL. Procuring infrastructure PPPs – assessing government capability to prepare, procure and manage PPPs. 2018. Disponível em: <<https://pppknowledge.org/documents/5453?cid=ECR TT worldbank EN EXT>>.

BOUSSABAIN, Abdelhalim. Cost planning of PFI and PPP building projects. London: **Routledge**, 2013.

EBP. A prática da estruturação de PPPs e concessões de infraestrutura no Brasil. 2015.

FRYDMAN, B. (Org.). Metodologia de análise de projetos. 1986.

SILVA, J.; ZOTES, L. Project finance: riscos e mitigantes na estruturação de projetos. VIII **Congresso Nacional de Excelência em Gestão**, 2012.

VALEC. Manual de elaboração dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental da VALEC. Versão preliminar. Brasília, jul. 2017.

YITANI, José. Parcerias público-privadas para o desenvolvimento: implementando soluções no Brasil. **BID**, 2015. Disponível em: <<https://courses.edx.org/courses/course-v1:IDBx+IDB8.1x+2T2017/course/#>>.

Bibliografia Complementar

BORDEAUX-REGO, R. et al. *Viabilidade econômico-financeira de projetos*. Rio de Janeiro: **FGV**, 2018.

GRILO, Leonardo; ALVES, Rubens. *Guia prático de análise do value for money em projetos de PPP*. 2011.

HADLICH MIGUEL, Luiz Felipe. *As garantias nas parcerias público-privadas*. Belo Horizonte: **Editora Fórum**, 2011.

NASCIMENTO, Carlos Alexandre; CASTILHO, Rafael. *Guia prático para estruturação de programas e projetos de PPP*. São Paulo: **LSE Enterprise, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e Radar PPP**, 2014.

PRATS, J. *La gobernanza de las alianzas público-privadas: un análisis comparado de América Latina*. Washington, DC: **Banco Interamericano de Desenvolvimento**, 2016.

RADAR PPP. *Guia prático para estruturação de programas e projetos de PPP*. 2014. Disponível em: <<https://www.radarppp.com/wp-content/uploads/GuiaRadarPPP.pdf>>.

STIGLITZ, Joseph E.; ROSENGARD, Jay K. *Economics of the public sector*. 3. ed. (ou 4. ed., no prelo). New York: **W.W. Norton & Company**, 2000.

ZAMCHIM, Kleber Luiz. *Contratos de parceria público-privada (PPP) – risco e incerteza*. São Paulo: **Quartier Latin**, 2011.

D 11. Gestão de Projetos em Infraestrutura

Bibliografia

Trata-se de um ciclo de conferências destinadas à apresentação de casos concretos desenvolvidos em diferentes segmentos das Políticas de Infraestrutura, sendo assim, são consideradas as bibliografias básicas de todas as disciplinas.

D 12. Metodologia de Pesquisa

Bibliografia Básica e Complementar

GARCÍA FERRANDO, Manuel; ALVIRA, Francisco; ALONSO, Luis Enrique; ESCOBAR, Modesto (comps.). *El análisis de la realidad social: métodos y técnicas de investigación*. 3. ed. Madrid: **Alianza Editorial**, 2000.

MATIAS-PEREIRA, José. *Manual de metodologia da pesquisa científica*. 2. ed. São Paulo: **Atlas**, 2010.